

## **ACADEMIA DE MÚSICA DE SANTA MARIA DA FEIRA**

### **ESTATUTOS**

#### **Artigo 1º**

##### **Da denominação e sede**

1. Ao abrigo das disposições legais em vigor são alterados, a partir desta data, os Estatutos da Associação da Academia de Música de Santa Maria, de Vila da Feira, que passa a reger-se pelos presentes Estatutos.
2. A Associação da Academia de Música de Santa Maria, de Vila da Feira, altera a designação para Associação da Academia de Música de Santa Maria da Feira, adiante designada resumidamente por Academia, durará por tempo indeterminado e a sua atividade é exercida sem fins lucrativos.
3. A Academia tem a sua sede no estabelecimento de ensino sito na Rua Doutor António Castro Corte Real - Conde de Fijó, da cidade de Santa Maria da Feira.
4. A Academia de Música pode criar delegações, extensões ou pólos do estabelecimento de ensino, noutras freguesias do concelho de Santa Maria da Feira e de concelhos limítrofes.

#### **Artigo 2º**

##### **Dos fins**

1. A Academia tem como finalidades principais:
  - a) Ministar o ensino artístico da música e do teatro, em especial de acordo com os planos e objetivos do sistema nacional de educação que estiver em vigor;
  - b) Promover o ensino, exercício e divulgação da arte musical e do teatro, no quadro de experiências pedagógicas e educativas, para o que poderá aceitar a colaboração de outras organizações que visam a mesma finalidade;
  - c) Assegurar a educação de iniciação cultural e artística, através do Allegro – centro lúdico e de estudos, e do ensino pré-escolar;
2. A Academia garante o acesso dos alunos ao ensino, sem qualquer tipo de discriminação.

#### **Artigo 3º**

##### **Da aquisição da qualidade de sócio**

1. Podem inscrever-se como sócios:
  - a) Pessoas singulares;
  - b) Pessoas coletivas legalmente constituídas.
2. Os pais e encarregados de educação dos alunos matriculados são obrigatoriamente inscritos como sócios, com exceção dos inscritos nos cursos artísticos especializados de música ou teatro em regime articulado.



3. Cada casal de pais ou encarregados de educação constituem um associado, salvo se ambos forem sócios.
4. A inscrição é feita mediante proposta a apresentar à Direção, que se pronunciará na reunião imediata àquela apresentação sobre a sua aceitação ou rejeição.
5. Da rejeição de admissão de sócio cabe recurso para a Assembleia Geral.
6. A inscrição é condicionada ao pagamento de uma jóia, cujo montante será afixado em Assembleia Geral, sob proposta da Direção.

#### **Artigo 4º**

##### **Da classificação dos sócios**

1. Há três categorias de sócios:
  - a) Sócios efetivos, os que pagam uma quota mensal, cujo valor constará de regulamentação em vigor na Academia;
  - b) Sócios honorários, os que, por qualquer modo, venham a beneficiar a Academia;
  - c) Sócios beneméritos, os que procedam a entregas ou doações de bens móveis ou imóveis de valor significativo.
2. A categoria de sócio honorário ou benemérito é atribuída pela Assembleia Geral, mediante proposta fundamentada da Direção.

#### **Artigo 5º**

##### **Dos direitos dos sócios**

Os sócios têm os seguintes direitos:

- a) Beneficiar de todas as regalias concedidas pela Academia;
- b) Eleger e ser eleito para membro dos órgãos da Academia, desde que não haja incompatibilidade legal;
- c) Tomar parte nas reuniões da Assembleia Geral, propor e discutir as iniciativas ou atos e os factos que interessem à vida da Academia;
- d) Requerer a convocação extraordinária da Assembleia Geral, indicando os assuntos da ordem de trabalhos, em requerimento subscrito por um mínimo de vinte associados;
- e) Solicitar aos corpos gerentes informações e esclarecimentos e sugerir-lhes medidas que considere úteis à Academia;
- f) Requerer certidões de atas dos órgãos da Academia.

#### **Artigo 6º**

##### **Dos deveres dos sócios**

São deveres dos sócios:

- a) Servir nos cargos dos órgãos da Academia para que sejam eleitos;
- b) Cumprir o preceituado nos Estatutos, Regulamentos Internos ou outras decisões de qualquer órgão da Academia;
- c) Pagar pontualmente as quotas ou outras importâncias a que esteja sujeito regulamentarmente.

### **Artigo 7º** **Da perda de qualidade de sócio**

1. Perde a qualidade de sócio:
  - a) O sócio efetivo que se atrasar no pagamento da quota por um período superior a seis meses;
  - b) Se retire voluntariamente, mediante comunicação escrita ao Presidente da Direção;
  - c) Quando não seja exato nas declarações, participações ou petições que faça.
2. Os sócios que tenham perdido essa qualidade, por suspensão ou expulsão, só poderão ser readmitidos, por deliberação da Assembleia Geral, mediante proposta fundamentada da Direção ou de vinte sócios.

### **Artigo 8º** **Dos órgãos**

São órgãos da Academia:

- a) A Assembleia Geral;
- b) A Direção;
- c) O Conselho Fiscal;
- d) A Direção Pedagógica.

### **Artigo 9º** **Da Assembleia Geral**

1. A Assembleia Geral é o órgão soberano da Academia e é constituída por todos os sócios em pleno uso dos seus direitos.
2. A Assembleia Geral tem uma Mesa que preside aos trabalhos e é composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário.
3. O Presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo Vice-Presidente e, na falta deste, pelo Primeiro Secretário.
4. Ao Presidente ou ao seu substituto compete a nomeação dos sócios necessários à composição da Mesa, nas faltas e impedimentos dos titulares.
5. Na falta ou impedimento de todos os membros titulares da Mesa, tomará presidência o sócio presente mais antigo.

### **Artigo 10º** **Das competências da Assembleia Geral**

1. Compete à Assembleia Geral:
  - a) Aprovar, alterar ou interpretar os Estatutos;
  - b) Eleger ou destituir os órgãos sociais;
  - c) Aprovar, anualmente, o Relatório e contas da Direção, e o parecer do Conselho Fiscal, bem como o Plano de Atividades;
  - d) Criar ou extinguir qualquer atividade da Academia, sob proposta da Direção;



- e) Aprovar a integração da Academia em organismos de representação regional ou nacional;
- f) Estabelecer o montante da jóia e das quotas a pagar pelos associados;
- g) Deliberar sobre a atribuição da qualidade de sócio honorário ou benemérito, mediante proposta fundamentada da Direção;
- h) Decidir sobre os recursos que lhe sejam presentes;
- i) Aprovar os regulamentos internos;
- j) Aprovar e ratificar protocolos de colaboração e de intercâmbios na área do ensino musical e artístico com instituições nacionais e estrangeiras
- k)
  - 1 – Autorizar a atribuição do pagamento de senha de presença em reuniões de trabalho aos elementos da direção e determinar os respetivos valores.
  - 2 – A atribuição do pagamento de senhas de presença referida no número anterior terá validade temporal de cada mandato de direção.
  - 3 – Para efeitos dos números anteriores, a Assembleia deliberará na reunião ordinária do mês de março anterior ao período em que ocorram eleições.

#### **Artigo 11º**

##### **Do funcionamento da Assembleia Geral**

- 1. A Assembleia Geral reúne em sessões ordinárias e extraordinárias.
- 2. No início de cada sessão haverá um período máximo de trinta minutos para apresentação de qualquer assunto de interesse para a Academia.

#### **Artigo 12º**

##### **Das sessões ordinárias da Assembleia Geral**

- 1. A Assembleia Geral reúne em sessão ordinária:
  - a) Até ao fim do mês de novembro para discutir e votar o relatório e contas do exercício anterior e o respetivo parecer do conselho fiscal e para atribuição de senhas de presença aos elementos da direção, nos termos da alínea k) do artigo 10º;
  - b) Até trinta dias antes da cessação dos mandatos para eleição dos novos membros dos órgãos da Academia;
  - c) Até 15 de julho para apreciação do orçamento e plano de atividades para o ano seguinte e análise das condições de funcionamento do ano escolar da Academia.
- 2. Para os efeitos previstos no número anterior, a Assembleia Geral é convocada pelo presidente ou por quem estatutariamente o substitua, com, pelo menos oito dias de antecedência, por correio eletrónico e aviso afixado na sede da Academia.

#### **Artigo 13º**

##### **Das sessões extraordinárias da Assembleia Geral**

- 1. A Assembleia Geral reúne em sessão extraordinária:
  - a) Por iniciativa da Mesa da Assembleia Geral;

- b) A pedido da Direção ou do Conselho Fiscal;
  - c) A requerimento de, pelo menos, vinte associados.
2. Os pedidos de convocação devem ser dirigidos ao Presidente da Mesa, devidamente fundamentados, deles constando uma proposta de ordem de trabalhos.
  3. O Presidente deve convocar a Assembleia Geral com, pelo menos, oito dias de antecedência, reunindo no prazo máximo de quinze dias após a convocatória.

#### **Artigo 14º** **Do quórum**

A Assembleia Geral reúne, ordinária e extraordinariamente, à hora marcada, com a presença da maioria legal dos associados, ou meia hora depois com qualquer número de associados.

#### **Artigo 15º** **Das deliberações da Assembleia Geral**

1. As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria, exigindo-se porém:
  - a) A qualificação de três quartos dos associados presentes para alteração dos Estatutos;
  - b) A qualificação de três quartos de todos os associados para a dissolução;
  - c) A qualificação de dois terços dos associados presentes para a exoneração da Direção.
2. O Presidente da Mesa da Assembleia tem voto de qualidade, em caso de empate.

#### **Artigo 16º** **Da Direção**

1. A Direção, eleita pela Assembleia Geral, é o órgão executivo da Academia.
2. A Direção é composta por cinco membros: um Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e um Vogal, eleitos; e um Vogal por inerência, como representante da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e a designar por esta Autarquia.
3. Os membros eleitos distribuem entre si os cargos de Presidente, Secretário, Tesoureiro e Vogal.
4. A Direção não pode funcionar com menos de três membros, devendo proceder-se à eleição para os cargos vagos no decurso do mandato, logo que o número seja inferior.

#### **Artigo 17º** **Da competência da Direção**

1. Compete à Direção:
  - a) Definir orientações gerais para a Academia;
  - b) Assegurar os investimentos necessários;
  - c) Representar a Academia em todos os assuntos de natureza administrativa;
  - d) Responder pela correta aplicação de subsídios, créditos e outros apoios concedidos;



- e) Estabelecer a organização administrativa e as condições de funcionamento da Academia;
  - f) Assegurar a contratação e a gestão de pessoal docente, administrativo e de prestação de serviços;
  - g) Prestar ao Ministério da tutela as informações que este solicitar, nos termos da Lei;
  - h) Cumprir e fazer cumprir os Estatutos, Regulamentos e quaisquer deliberações da Assembleia Geral;
  - i) Aprovar e rejeitar as propostas de admissão de associados;
  - j) Propor a nomeação de sócios honorários e beneméritos;
  - k) Elaborar os regulamentos internos, ouvida a Direção Pedagógica;
  - l) Representar a Academia em juízo;
  - m) Propor à Assembleia Geral o montante da jóia e quota dos associados;
  - n) Exercer a ação disciplinar relativa ao pessoal docente e outro ao serviço da Academia;
  - o) Promover as manifestações culturais que julgar convenientes, com exclusão das de natureza puramente pedagógica, determinando as condições de assistência às mesmas;
  - p) Promover o cumprimento das demais obrigações impostas pela legislação em vigor;
  - q) Decidir nos casos de gestão omissos nos Estatutos e Regulamentos Internos;
  - r)
    - 1- Estabelecer protocolos de colaboração e intercâmbio nos termos da alínea j) do artigo 10º;
    - 2- Nos casos de urgência justificada, a Direção poderá celebrar protocolos referidos no número anterior antes da aprovação da Assembleia, propondo a sua ratificação na primeira Assembleia que se realize após a referida celebração.
  - s) Elaborar o plano de atividades e orçamentos nos termos da alínea c) do artigo 12º.
2. Ao Presidente compete, em especial, coordenar a ação da Direção, dirigindo os seus trabalhos, convocar reuniões, assinar e rubricar os livros de atas, bem como quaisquer documentos referentes à atividade da Academia que não sejam da competência específica da Direção Pedagógica.
  3. Ao Secretário incumbe a organização, montagem e orientação de todo o serviço de secretaria, competindo-lhe, especialmente, a elaboração das atas e preparação do expediente para a Direção, a assinatura da correspondência de mero expediente, que não seja de âmbito da Direção Pedagógica, bem como substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos.
  4. Ao Tesoureiro compete arrecadar receitas, assinar os respetivos recibos, fiscalizar o seu registo e efetiva cobrança, visar as despesas e manter atualizado o inventário de património.
  5. Ao Vogal compete colaborar em todos os serviços relativos à competência da Direção.
  6. Ao Vogal representante da Câmara Municipal compete assegurar as ligações com a Academia e colaborar em todos os serviços relativos à administração e conservação dos bens móveis e imóveis.

### **Artigo 18º** **Das decisões da Direção**

As decisões da Direção só terão validade quando tomadas por maioria absoluta dos membros presentes, tendo o Presidente voto de qualidade, em caso de empate.

**Artigo 19º**  
**Do Conselho Fiscal**

1. O Conselho Fiscal é o órgão a quem compete fiscalizar a atividade da Direção.
2. O Conselho Fiscal é constituído por três membros: um Presidente, um Secretário e um Relator.
3. Na ausência do Presidente, este é substituído pelo Secretário.
4. Na falta ou impedimento dos membros efetivos, o Presidente da Assembleia Geral designará, de entre os associados, os elementos que desempenharão as funções correspondentes.

**Artigo 20º**  
**Da competência do Conselho Fiscal**

1. Compete ao Conselho Fiscal:
  - a) Verificar os balancetes e conferir os respetivos documentos;
  - b) Examinar, periodicamente, a escrita da Academia e verificar a sua exatidão;
  - c) Fornecer à Direção o parecer sobre qualquer assunto da sua competência, que lhe seja solicitado;
  - d) Elaborar parecer sobre o Relatório e contas da Direção, para ser presente à Assembleia Geral;
  - e) Assistir às reuniões de Direção, sempre que esta o solicite.

**Artigo 21º**  
**Das reuniões ordinárias do Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal reúne, ordinariamente, pelo menos uma vez por trimestre.

**Artigo 22º**  
**Das reuniões extraordinárias do Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal reúne extraordinariamente a pedido de qualquer dos seus membros ou da Direção da Academia.

**Artigo 23º**  
**Das deliberações do Conselho Fiscal**

As deliberações do Conselho Fiscal são tomadas por maioria, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate.

#### **Artigo 24º** **Da Direção Pedagógica**

1. A Direção Pedagógica é o órgão colegial orientador da ação educativa da Academia.
2. A Direção é designada, bianualmente, pela Direção da Academia e tem a seguinte composição: Presidente, um docente, sempre que possível do quadro privativo da Academia, com grau académico suficiente para lecionar cursos com grau do nível mais elevado ministrados na Associação, um Secretário, membro da Direção da Academia ou um docente indicado por esta, um Vogal representante dos docentes que lecionam a área da música e um Vogal representante dos docentes que lecionam nas restantes áreas de ensino ministrados.
3. Os membros da Direção Pedagógica, com exceção do Secretário, são designados mediante proposta da maioria do corpo docente em exercício na Academia, em reunião onde estejam presentes, pelo menos, sessenta por cento dos professores.
4. A substituição da Direção Pedagógica ou de qualquer dos seus membros, durante o período da designação bianual, é feita de acordo com os números anteriores, com as necessárias adaptações.
5. O exercício de funções na Direção Pedagógica é equiparável, para todos os efeitos legais, à função docente.
6. Não é permitido qualquer dos elementos da Direção Pedagógica fazer parte de órgão similar em qualquer outro estabelecimento de ensino.
7. Sempre que se mostre necessário, poderá ser assegurada a representação para efeitos consultivos, dos delegados de disciplina ou cursos, encarregados de educação e alunos, nas reuniões da Direção Pedagógica.

#### **Artigo 25º** **Das competências da Direção Pedagógica**

Compete à Direção Pedagógica:

- a) Representar a Academia junto do Ministério da tutela em assuntos de natureza pedagógica;
- b) Planificar e superintender nas atividades curriculares e escolares;
- c) Promover o cumprimento dos planos e programas de estudo;
- d) Velar pela qualidade do ensino;
- e) Zelar pela educação e disciplina dos alunos;
- f) Apoiar e incentivar todas as iniciativas dos alunos, no que respeita à formação e atividade de índole cultural;
- g) Comunicar aos encarregados de educação as faltas dadas pelos seus educandos, a meio de cada período escolar e sempre que a falta de assiduidade o justifique;
- h) Dar parecer favorável sobre contratação e demais relações de trabalho dos docentes;
- i) Colaborar na elaboração dos regulamentos internos da Academia;
- j) Colaborar na inventariação permanente das necessidades em equipamento e meios didáticos, e em estruturas de apoio, ajudando a planificar a satisfação dessas necessidades.

#### **Artigo 26º** **Das decisões da Direção Pedagógica**

1. As decisões da Direção Pedagógica deverão ser sempre aprovadas pela maioria dos membros presentes, dispondo o Presidente de voto de qualidade, em caso de empate.



2. A Direção Pedagógica não poderá decidir com menos de três membros.

**Artigo 27º**  
**Do regime financeiro**

Constituem receitas da Academia:

- a) O produto das jóias e quotas dos sócios;
- b) O produto das inscrições, propinas e multas, conforme tabelas em vigor na Academia;
- c) Os subsídios, participações e donativos provenientes de entidades públicas ou particulares;
- d) Quaisquer outras receitas que lhe sejam consignadas.

**Artigo 28º**  
**Da conta e do saldo**

1. O produto das receitas da Academia deve ser depositado numa instituição de crédito.
2. O movimento da conta só poderá fazer-se mediante a assinatura conjunta de, pelo menos, dois membros da Direção.

**Artigo 29º**  
**Do balanço**

O ano económico corresponde ao ano letivo e os balanços são reportados a trinta e um de agosto.

**Artigo 30º**  
**Da dissolução e liquidação**

1. A Academia dissolver-se-á:
  - a) Quando a Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito assim o deliberar;
  - b) Quando se achar incursa em qualquer disposição legal que o determine.
2. No caso de dissolução, e depois de liquidadas todas as dívidas e entregues os bens alheios a quem provar pertencer-lhes, os imóveis, móveis, direitos e fundos existentes nessa data terão o destino que for fixado na Assembleia Geral.

**DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Artigo 31º**  
**Do sistema eleitoral**

1. A eleição dos órgãos sociais da Academia faz-se em Assembleia Geral, durante o mês de abril e a partir de listas elaboradas pelos associados.



2. Cada lista deve ser proposta por um mínimo de cinco associados que dela não façam parte e entregue ao Presidente da Assembleia Geral, com a antecedência de, pelo menos, sete dias relativamente à data para que estiver convocada a Assembleia Geral.
3. As listas propostas são obrigatoriamente assinadas pelos candidatos que as integrem.
4. Cada lista pode indicar até dois delegados para controlo da legalidade do ato eleitoral.
5. A eleição faz-se por escrutínio secreto e segundo cadernos eleitorais previamente elaborados.
6. Considera-se eleita a lista que obtiver maior número de votos.
7. Os membros dos órgãos sociais eleitos tomam posse até trinta dias após a sua eleição, perante o Presidente da Assembleia Geral.

### **Artigo 32º**

#### **Da gratuidade do exercício de funções sociais**

O exercício dos cargos em órgãos sociais da Academia é gratuito, com exceção do pagamento de senhas de presença aos elementos eleitos da direção, nos termos da alínea a) do artigo 10º.

### **Artigo 33º**

#### **Delimitação temporal das funções sociais**

1. A duração do mandato dos órgãos da Academia previstos no artigo oitavo dos presentes Estatutos é de dois anos.
2. Os órgãos cessantes asseguram, porém, a gestão corrente da Academia até à tomada de posse dos órgãos eleitos.
3. O período de exercício de funções corresponde a dois anos letivos para os órgãos referidos no artigo oitavo do presente Estatuto.

### **Artigo 34º**

#### **Dos casos omissos**

Os casos omissos são resolvidos pelo recurso à legislação especial e geral em vigor.

### **Artigo 35º**

#### **Da entrada em vigor**

A presente alteração de estatutos entrará em vigor na data em que for celebrada a competente escritura pública.

## **ANEXO** **Símbolo da Academia**



Atualizado em AG de 11 de novembro de 2024